

A LÍNGUA PORTUGUESA - UNIDADE E DIVERSIDADE

MARIA HELENA MIRA MATEUS

Faculdade de Letras de Lisboa

1. A língua portuguesa, falada em oito países (língua materna em Portugal, Brasil e na província espanhola da Galiza, língua oficial em Cabo Verde, Guiné, Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe) apresenta particularidades, comuns a todas as variantes e dialectos, que a individualizam entre as demais línguas românicas. Estas particularidades integram-se na base comum do sistema e são apreensíveis nos campos fonético e fonológico, morfológico, sintáctico, semântico e pragmático.

2. A importância atribuída à unidade de uma língua não decorre, imediatamente, da descrição do seu funcionamento e de generalizações efectuadas a partir da investigação linguística. Ela implica, antes, uma vontade política de manter e reforçar o lugar ocupado por esse instrumento de comunicação nas relações socio-culturais entre os membros da comunidade internacional.

3. Tendo presente que a língua portuguesa é falada, actualmente, por mais de 160 000 000 de pessoas distribuídas por três continentes e que é língua oficial e língua de trabalho em diversos organismos internacionais, importa saber até que ponto é possível manter a intercomunicação entre os falantes das diferentes variantes, as quais revelam um evidente e progressivo afastamento detectável, não só em aspectos fonéticos e lexicais, mas também ao nível sintáctico e morfológico. A investigação da diversidade nos vários domínios linguísticos é factor indispensável na consolidação da unidade da língua.

THE PORTUGUESE LANGUAGE - UNITY AND DIVERSITY

1. The Portuguese language, spoken in eight countries (native language in Portugal, Brazil and in the Spanish province of Galiza, official language in Cape Verde, Guinea-Bissao, Angola, Mozambique, S. Tomé e Príncipe) shows particularities, common to all variants and dialects, which make it unique among the other Romance languages.

These particularities are part of the common base of the system and are perceptible at the levels of phonetics and phonology, morphology, syntax, semantics and pragmatics.

2. The importance given to the unity of a language does not immediately result from the description of its functioning and from the generalizations inferred from linguistic research. It really implies a political will of keeping and strengthening the role played by those communications tools in socio-economical and socio-cultural relations among members of the international community.

3. It is important to bear in mind that nowadays the Portuguese language is spoken by more than 160 000 000 people scattered through three continents and it is the official language and the one used for working purposes in several international organizations. It is also important to be aware of the extent to which it is possible to preserve the intercommunication among speakers of all variants. This reveals a notorious and progressive differentiation, not only phonetically and lexically, but also at syntactic and morphological levels. Research into the diversity in the various linguistic fields is an essential factor towards consolidating the unity of the language.

A discussão da questão da unidade e diversidade da língua portuguesa no âmbito de um encontro de linguística pode revestir dois aspectos:

1. análise dos vários domínios e a) verificação de características comuns às diversas variantes nacionais, características essas que individualizam em conjunto a língua relativamente às línguas que lhe estão próximas, e b) levantamento de diferenças entre as variantes que revelam afastamento e, eventualmente, determinam dificuldades de inter-comunicação;
2. explicitação e discussão das razões socio-linguísticas, culturais, económicas e políticas que justificam a busca de estratégias que consolidem a unidade da língua e definição dessas estratégias.

Porque considero que a actividade linguística está indissocia-

velmente ligada à forma de inserção do indivíduo no mundo e porque entendo, em consequência, a linguística no seu mais amplo sentido e nas relações interdisciplinares que estabelece com o estudo de outras formas de actividade do ser social, propus-me abordar o tema desta comunicação seguindo as duas linhas acima enunciadas. Espero que o problema seja apresentado de modo suficientemente aberto para servir de ponto de partida a uma discussão esclarecedora.

As observações que se seguem - indicação de particularidades que, por serem comuns às diferentes variantes e dialectos da língua portuguesa, a caracterizam como um todo - incidem em distintos campos linguísticos cuja interrelação é um dado do conhecimento científico. A sua dissociação, numa linha tradicional, tem apenas objectivos práticos.

O acesso imediato a uma língua faz-se pelo seu nível fonético, cujo funcionamento sistemático implica a existência de certo número de elementos, os sons, sobre os quais actúan determinadas regras. Os dialectos de todas as variantes do português apresentam, neste domínio, duas características fundamentais que os diferenciam, em conjunto, dos dialectos castelhanos - os que lhes estão mais próximos de entre os dialectos românicos:

- supressão do /l/ e do /n/ latinos intervocálicos (exemplificada por formas como só, mau, não, boa, que contrastam com solo, malo, mano, buena);

- manutenção das vogais breves latinas sem ditongação (que reconhecemos em sete, medo, porta, sorte, diferindo de siete, miedo, puerta, suerte).

A par destes aspectos detectam-se outros menos evidentes, mas igualmente determinantes da especificidade da língua, como a ocorrência de consoantes palatais em todas as posições da palavra (confronte-se, por exemplo, chuva, chamar com lluvia, llamar) ou a existência de inúmeros ditongos decrescentes, resultantes em grande parte das su-

pressões atrás referidas, e que podem ser nasais (como os de mãe, mão, vem, põe) ou não nasais (como os de pai, leite, pau, papéis, teu, véu, oito, etc.).

De um modo geral e no campo fonético, o português é caracterizado, em todas as suas variantes, pela existência de frequentes sons nasais, de grande quantidade de ditongos decrescentes e de consoantes palatais em qualquer posição da palavra.

No campo da flexão morfológica vale lembrar a construção dos tempos compostos (cujo auxiliar haver foi há muito substituído por ter, em contraste com o castelhano e o francês, por exemplo), e ainda a original introdução do pronome clítico entre os morfemas constitutivos do futuro e do condicional, especificidade esta que evidencia a consciência que os falantes possuem da formação destes dois tempos verbais. A possibilidade de dizer "escrever-te-ia" é ainda apontada como curiosa característica da língua portuguesa.

Os domínios morfológico e sintáctico estão intimamente relacionados, e frequentes são os aspectos que tradicionalmente se consideram morfológicos mas cujo estudo não dispensa uma análise ao nível da sintaxe. Estão neste caso duas das mais importantes particularidades do sistema verbal do português: o infinito flexionado e o futuro do conjuntivo.

Não cabe nesta apresentação geral uma análise aprofundada dos casos de emprego da forma flexionada do infinitivo, nem dos valores sintáctico-semânticos do futuro do conjuntivo. Apenas lembrarei que, em todas as variantes do português, uma frase como "É preciso comeres a sopa" é muito mais frequente do que a equivalente "É preciso que comas a sopa", sendo esta última a única possibilidade existente nas demais línguas românicas. De igual modo, ocorre no português uma oposição de significado entre "Enquanto puderes, come a sopa" e "Enquanto poderes, come a sopa", ao passo que nos restantes idiomas da România tal oposição não se estabelece a partir dos tempos verbais por inexistência do tempo que denominamos futuro do conjuntivo.

Se nos detivermos mais um pouco na utilização das formas verbais, não podemos deixar de referir os valores sintácticos e semânticos do emprego do pretérito perfeito composto, valores aspectuais e temporais que têm um importante papel na intercomunicação. O uso exclusivo, em português, do pretérito perfeito simples quando se remete para um processo localizado e concluído no tempo passado ("O avião chegou atrasado") permite utilizar o pretérito perfeito composto com valores diversos, entre os quais são de salientar a iteratividade ("O avião tem chegado atrasado todos os dias") e a continuidade que, do passado, vem até ao presente ("O avião tem estado parado"). O facto de línguas como o francês e o castelhano substituírem quase sistematicamente o pretérito perfeito simples pelo composto, retira a este último a possibilidade de ser utilizado com os diferentes valores que foram apontados para o português.

Mas a análise de uma língua não se esgota nos domínios acima indicados. Em situação de comunicação intervêm factores pragmáticos que determinam a produção linguística dos interlocutores. Como qualquer outra língua, o português apresenta características específicas que pertencem à competência comunicativa dos seus falantes. De entre essas características ressalta a utilização, na resposta a pedidos de informação, do verbo contido na pergunta: "Comeste a sopa?" "Comi!" Este aspecto singular do português é reconhecidamente comum a todas as variantes da língua.

A rápida enunciação de particularidades que individualizam o português não justifica por si só a afirmação da sua unidade. Diria melhor: não são estes os argumentos de prova para os que defendem a importância do lugar que o português ocupa no mundo - quinta língua entre as mais faladas, meio de comunicação verbal usado por 160 000 000 de pessoas espalhadas por três continentes. Porque na realidade, a par dessa unidade individualizada, não podemos escamotear as difícu-

dades sentidas por falantes de Portugal e do Brasil (nomeadamente brasileiros), em situação de comunicação, no entendimento recíproco. E não eliminaremos esta questão ao afirmar que qualquer sistema linguístico põe problemas de intercompreensão quando utilizado por falantes de diversas origens dialectais ou socioculturais. Perspectivando em termos sociolinguísticos, poderíamos mesmo acrescentar que os objectivos da elocução, no acto de comunicação, se cumprem em estreita relação com atitudes de vida, as quais podem exigir dos locutores um esforço no sentido de encontrarem uma completa adequação à situação de diálogo - que nem sempre é atingida, donde as ambiguidades, as repetições, as falsas interpretações, a vaquidade.

Não é isto apenas o que se passa entre falantes das diversas variantes do português - e todos disso temos consciência.

A análise da diversidade interna do português levar-nos-ia à verificação de que ela se situa com especial relevo no nível fonético, e não só na pronúncia das vogais não acentuadas (mais reduzidas nos dialectos europeus, com excepção dos galegos, mais audíveis nos dialectos brasileiros e nas variantes africanas) mas também na característica pronúncia das consoantes em muitos dialectos brasileiros (africação das consoantes /t/ e /d/ antes de /i/, semivocalização do /l/ final de sílaba e de palavra, supressão do /r/ e do /s/ finais); podem lembrar-se, por fim, particularidades das variantes africanas, como o desaparecimento, em certas regiões da oposição de vozeamento nas oclusivas finais.

Para além destas evidentes diferenças, muitas outras se detectam nos domínios sintáctico, semântico, lexical e pragmático, diferenças que são facilmente apreensíveis, inclusive por falantes de línguas estrangeiras - mas que, infelizmente, não estão suficientemente estudadas.

Diversidade e unidade dentro de uma mesma comunidade linguística - características inerentes à natureza da própria actividade

verbal.

Até quando se manterá a consciéncia da unidade? Em que momento nos encontraremos perante uma irreversível fragmentação? A quem poderá ela servir? Que implicações e consequências terá? Quem a defende e quem a contraria?

A língua portuguesa teve o privilégio de se ver escolhida por cinco nações africanas e de nelas servir como motor de unificação nacional, como meio de comunicação para a difusão de conhecimentos científicos e técnicos e para o contacto oficial com o exterior. Na sequência desta orientação política, dentro de alguns anos o português poderá ser falado em África por vários milhões de indivíduos.

No continente americano, 130 000 000 de falantes brasileiros encontram na língua portuguesa um dos mais importantes factores de unificação e de identidade nacional, permitindo a integração de fortes núcleos de emigração vindos das mais diversas culturas.

A utilização de português não se confina a nações isoladas. Em organismos internacionais como a UNESCO e a Organização da Unidade Africana é já adoptado como língua de trabalho e como língua oficial.

No tempo em que vivemos, não é lícito pôr em dúvida que a intervenção no mundo passa pela língua que se utiliza. Os actuais meios audio-visuais de transmissão da palavra escrita e oral tornam possível que a informação envolva todos os continentes com espectacular rapidez. Por outro lado, o mercado económico e as negociações com ele relacionadas exigem alguns -poucos- instrumentos comuns de comunicação. E a história ensina-nos que a resistência à ocupação por um poder alheio, económico ou político, se faz pela decidida conservação da unidade interna seja das sociedades, seja dos elementos que permitem a sua identificação. Dividir para reinar é ainda uma palavra de ordem. Mas o "reino" estende-se hoje à comunidade internacional e a luta trava-se não só pelas armas, mas pelo uso dos meios de comunicação. Será grande insensibilidade política o desconhecimento das

pretensões de ocupação dos espaços linguísticos do português em África por parte de nações cujos idiomas adquiriram o mais alto estatuto de Internacionalidade.

Perante os dados apresentados e admitindo a importância de procurar estratégias que concorram para a consolidação da unidade interna da língua portuguesa, devemos estabelecer desde o início duas ordens de questões: as que, pelo seu carácter convencional, decorrem de uma tomada de posição de certos centros de decisão social e as que, por serem exclusivamente linguísticas e estarem ligadas ao desenvolvimento da personalidade dos indivíduos, escapam à vontade dos homens.

No primeiro grupo incluem-se os instrumentos criados especialmente para transmitir a informação à distância e unilateralmente: é este o caso dos livros, da televisão e da rádio.

A circulação de tais instrumentos nos diferentes países em que se fala português obriga a um cuidado especial na sua elaboração, de modo a que efectivamente eles sejam de todos e para todos, aproveitados, utilizados e fruídos. É neste contexto que se insere a questão tão debatida de um acordo ortográfico entre Portugal e o Brasil, acordo que dissolva as pequenas diferenças que separam os nossos dois escritos e permita aos países africanos de língua oficial portuguesa o uso indiscriminado, em perfeita igualdade, do material gráfico produzido na Europa e na América.

É ainda neste contexto que se integra a produção de programas televisivos a serem encarados, especialmente pelos realizadores portugueses, como criação artificial de situações teatrais com particular atenção dirigida para a pronúncia. Os programas assim realizados poderão ser integralmente aproveitados pela televisão brasileira, numa desejável contra-partida à audiência entusiasmada que têm em Portugal os programas produzidos no Brasil.

É minha convicção de que a televisão brasileira, como meio de

enorme impacto na comunicação de massas (tal como o é actualmente na maioria dos países), terá a maior vantagem em habituar os seus espectadores à variante europeia do português. Não esqueçamos que Portugal é (e sê-lo-á sempre) a porta natural pela qual o Brasil penetra na Europa, porta que, com a integração de Portugal no Mercado Comum Europeu e a premência do diálogo entre os dois Hemisférios, adquiriu um valor em todos os campos que os brasileiros certamente não desconhecem.

A questão da utilização dos meios audio-visuais abrange, naturalmente, a projecção que programas brasileiros e portugueses podem vir a ter nos países africanos em que se fala português; projecção essa que, dada a real unidade da língua e a consequente capacidade de intercomunicação, tem de ser mantida em lugar ímpar relativamente a todos os programas falados em outro qualquer idioma distinto do nosso.

É conveniente acrescentar que, tendo os países de África optado pela norma-padrão do português europeu, a sua abertura à variante brasileira está condicionada à consciência que esses países tenham da unidade da língua portuguesa, o que implica que ela seja, de facto, uma realidade.

O trabalho a realizar nestes campos deverá, finalmente, estender-se à criação de vocabulários científicos e técnicos comuns a todas as variantes do português, vocabulários que possam acompanhar o desenvolvimento dos diferentes países nos domínios da ciência e da tecnologia, sem enfeudamento constante a terminologia estrangeira.

Para além de tudo o que fica dito, a escola pode e deve ter uma função activa no desenvolvimento do conhecimento que nos convém possuir das variantes do português distintas da nossa. Os meios audio-visuais existentes possibilitam a audição de diferentes formas de falar a mesma língua. O intercâmbio de professores tem vantagens inexploradas. E o estudo sistemático das diferenças reforça a base

comum e justifica - se tal fosse necessário - o desenvolvimento da pesquisa nestes domínios.

Relativamente às questões que se prendem com a produção verbal dos falantes, num universo linguístico em que, sobre uma base comum de intercompreensão, se inscrevem as dificuldades resultantes das diferenças de variantes, abre-se um largo campo de discussão em que se cruzam as perspectivas teóricas e as constatações empíricas. Sendo um instrumento em constante mutação, a língua é construída pelos que a usam mas está para além da sua vontade consciente.

Se por vezes as dificuldades de comunicação impõem barreiras, muitas são as circunstâncias em que elas se tornam motor de desenvolvimento. E a unidade na diversidade pode surgir como um paradoxo, mas os falantes do português têm manifestado uma extraordinária capacidade para o ultrapassar. Nos últimos dez anos, Portugal absorveu cerca de um milhão de falantes de outras variantes - 10% da sua actual população activa veio das ex-colónias portuguesas. Diferentes normas, mas uma possibilidade de intercomunicação que permitiu, com surpreendente rapidez, a convivência quotidiana. É esta absorção é um maravilhoso enriquecimento que o português falado em Portugal apresenta claramente nos últimos anos, e para o qual tem contribuído o português do Brasil recebido pelos telespectadores portugueses em múltiplos programas de diversas características culturais.

Do mesmo modo a norma europeia, que hoje é língua oficial em África, servirá nesse continente novas culturas e novas necessidades, mantendo-se como o meio de comunicação que traça os limites dos respectivos países e permite a sua relação com o exterior. Não nos pode ser indiferente, nem a versatilidade da língua para expressar diferentes exigências culturais, nem a sua unidade como bem comum nas relações internacionais.

Um encontro de linguística é sem dúvida um espaço privilegiado para discutir o indiscutível e para dissociar o indissociável - e a

consolidação da unidade de uma língua "pelo mundo em pedaços repartida" é assunto que merece a contribuição dos que trabalham na ciência da linguagem. Se a apresentação dos dados do problema não tiver sido suficientemente motivadora de um debate, verei confirmada a minha convicção de que as dificuldades de comunicação não existem apenas entre falantes de diferentes variantes.

DEBATE

ÓSCAR LOPES. Na realidade, existem, entre os países que falam Português, pelo menos, derivas que será difícil evitar. Ainda recentemente, recebi um trabalho de Maria Helena Guerra, de Luanda, em que faz um levantamento de influências, quer a nível fonético, quer a nível sintáctico, de condicionantes do Português falado em Angola, pelas estruturas bantas, e propõe que, inevitavelmente, seja necessário transigir, quer na definição de uma norma para Angola, quer, como consequência disso, na definição de normas de escolaridade.

Ora parece-me que esses problemas nos interessam muito. Bom, acontece que já se verifica um facto que é, acerca do Português de Portugal, uma parte importante dos estudiosos ser constituída por portugueses, uma parte dos estudiosos não são portugueses (são de fora das fronteiras, são americanos, franceses, etc.). Se isto se verifica e se realmente nós queremos assumir a responsabilidade pela caracterização da nossa própria língua, no que diz respeito a esses países, o que acontece é que se constata que eles são auxiliados por linguistas holandeses, por polacos, por alemães, etc., e que há um contributo muito débil da nossa parte. Portanto, eu gostaria de acrescentar ao que disse, o seguinte: a necessidade, se não a urgência, de os linguistas portugueses entrarem em contacto com as pessoas que estudam também linguística e têm problemas de definição de norma, portanto uma questão de

decisão oficial, ou problemas didácticos em relação ao ensino do português porque, na realidade, essas pessoas carecem do nosso parecer e do nosso estudo.

Por outro lado, apenas mais um tópico: é claro que o Português vai funcionando nesses países como língua veicular (eu sei que em Moçambique chamam língua nacional); mas, efectivamente, eles têm como propósito proceder ao levantamento gramatical das línguas nativas, digamos assim, e depois proceder à alfabetização dos seus falantes (em alguns casos, ela até já existe), o que pressupõe, claro, a gramaticalização e a escolarização. Se não procedem assim imediatamente, e se a escolaridade em Angola e Moçambique não começa pelas línguas bantas, para depois passar para a língua veicular, é por razões meramente técnicas, é porque não dispõem de pessoal, de meios, de estudos que permitam o ir imediatamente para a escolarização em cinco, seis, sete, ou oito línguas diferentes. E por isso eles estão a começar com a utilização do Português em relação àquelas camadas da população em que isso é mais fácil e para quem isso é necessário: o exército, os quadros do funcionalismo, operários ou pessoas que trabalham em técnicas de produção de carácter mais adiantado ou que fazem parte de outras missões sociais de carácter mais influente. É por aí que começa a alfabetização.

Bom, o estatuto do Português em Angola e Moçambique não é como o estatuto do Português em Portugal. É o estatuto de única língua possível, na actual fase, para a construção de uma nacionalidade ou de um Estado, porque, na verdade, a nação angolana e a nação moçambicana estão em fase de construção. Um dos elos de unidade é, sem dúvida, o Português. É muito importante qualquer contribuição que se dê para isso.

Uma outra questão é a do acordo ortográfico. Eu não sabia que se estava em trâmites de conversações para a uniformização da orto-

grafia em convênio luso-brasileiro. Seria desejável, talvez, associar a isso angolanos e moçambicanos. Nós sabemos que há certas particularidades ortográficas em Angola - eles escrevem, por exemplo, aqueles nomes que têm um ditongo ascendente como Kwanda, Rwanda, com um w, e eles têm uma palavra a dizer. O Português não é propriedade, sequer, de dois Estados. Actualmente, diz respeito a sete países, pelo menos (não falando ainda na Galiza). Seria, assim, desejável que eles estivessem presentes nos trabalhos a realizar.

Por outro lado, parece-me que, paralelamente a questões ortográficas, seria de entabular conversações que digam respeito a relações culturais em geral, aos meios da comunicação da fala e, por exemplo, à terminologia científica. Nós sabemos que a terminologia científica está numa fase de inovação constante, sabemos que todos os países (a não ser o inglês e talvez o russo) têm grandes problemas de adaptação de nomes técnicos, de nomes que pertencem a terminologias que foram propostas inclusivamente pelos iniciadores dessas técnicas. Põe-se, assim, problemas de uniformização e era bom que houvesse uma comissão permanente, não apenas de linguistas, mas também de técnicos que, para estes sete países, fosse constantemente acompanhando a necessidade de actualização do vocabulário científico.

MARIA DO CARMO SALIDO. Eu acabo de chegar do Rio de Janeiro e observei, no dia 22 de Agosto, que o Jornal Globo incluía uma notícia, que para mim era muito interessante: há actualmente no Brasil uma terrível guerra contra os gramáticos, e vou explicar porquê: porque se diz que é preciso ter presente a língua falada, e há, inclusivé, importantes investigações dirigidas concretamente pelo professor Celso Cunha, onde chegaram à conclusão que a língua falada por um determinado estrato do Rio de Janeiro, parece-me, reduziu já, plenamente, os ditongos ei e ou a e e o. Li, inclusivamente, num tra-

balho do Prof. Chaves de Melo, que diz precisamente existir uma espécie de movimento a favor de se escrever como se fala, desde há vários anos. Ele descreve muitíssimo bem este problema, dizendo que confundem muitos aspectos importantes, porque agora parece ser que por uma espécie de movimento - nova força política no país - estão tentando acabar com a gramática, porque inclusivê pode frustrar os meninos que vão às escolas, estão fazendo depender a forma de escrever da forma como se fala. Eu dizia aos colegas da Univ. do Rio de Janeiro que estava a acontecer exactamente o mesmo que acontece na Galiza. Então, como ali há gente que diz [primeru] e [zaneru], há que escrever primero e Janero. E chegaremos a um momento em que o português do Brasil irá pouco a pouco afastando-se do português de Portugal, e serão já duas línguas diferentes. Este é um problema que eu queria apresentar aqui.

Como no Brasil observei este movimento, e estou um pouco sensibilizada para ele - como há muitíssimo interesse em reproduzir esta forma de falar, como não há que ter em conta a gramática, como os meninos sofrem, porque isso é uma escravidão - e como a professora acaba de voltar do Brasil (se calhar não o notou tanto), há grandes páginas nos jornais que recolhem precisamente este problema (concretamente n' O Globo, no dia 22 de Agosto, vi uma entrevista com vários gramáticos, alguns não sei quem eram). Há muitíssimo populismo, muitíssima demagogia nesta forma de pôr o problema.

JOSÉ KATUPHA. Eu, até certa medida, estou um bocado ultrapassado pela apresentação do Prf. Óscar Lopes, sobre a situação problemática do português em África. Eu, pessoalmente, trabalho na área das línguas africanas, línguas banto em Moçambique, e eu queria aqui referir, em relação a esta apresentação, dois pontos principais: um, é a questão do português padrão e as dificuldades de investigação que nós linguistas africanos temos, no sentido de

identificarmos o processo de dialectalização natural da língua portuguesa em África. Nesta situação, a tendência que existe em África é tomar o português padrão de Portugal - e muitas vezes nós não sabemos o que é esse português padrão de Portugal, quem é que fala o português padrão em Portugal. Esta é a primeira dificuldade. A segunda, é que quando procuramos identificar os chamados erros da língua portuguesa falada em Moçambique, tomamo-los em referência a esse tal português padrão que não sabemos o que é, e portanto os nossos projectos de investigação, logo à primeira, ficam comprometidos ou falsificados, em termos de dados. Portanto, este é o problema número um. Em segundo lugar, o outro problema é a questão que se focou aqui na exposição, que é a identificação das áreas de diferenciação entre o português falado em Portugal e as outras línguas ou variantes das línguas românicas, e o problema foi colocado com mais acuidade no plano fonético. Mas em relação a África, eu penso que haverá de facto um problema, sobretudo no plano sintáctico e isto porque a sintaxe das línguas banto é marcadamente representada em termos de formas pelos morfemas. Então, em termos de indicação de aspecto, tempo e modo, nós encontramos estes aspectos sempre morfologizados, enquanto que em português se encontram lexicalizados. Este problema de diferença entre lexicalização ou morfologização do aspecto temporal vai trazer problemas ao nível da estrutura da sintaxe, ao nível da frase. Portanto, este é um problema. Haveria outros problemas que indicam, na minha maneira de ver, uma necessidade de definição de projectos de investigação em multidisciplinaridade. Os colegas portugueses que nos podem indicar as diferentes variações da língua portuguesa ao nível continental (digamos português) e Brasil, poderiam estabelecer projectos comuns com os investigadores africanos (infelizmente somos poucos ainda). Em Moçambique, neste momento, há um linguista formado na área do estudo e descrição das línguas moçambicanas, lín-

guas banto, e sou eu, e temos mais outros dois em estudo, temos aqui a linguista Inês Machungo, que está a descrever a língua portuguesa tal como ela é falada em Moçambique, mas com referência ao português padrão que se fala em Portugal, e creio que há dificuldades sérias nesse plano, portanto eu pediria, e penso que a importância deste encontro de linguistas, é de facto visualizarmos projectos concretos na investigação dos diferentes aspectos de variabilidade e/ou de diferenciação da língua portuguesa. Com certeza que a unidade é muito importante, e neste momento, nós, no mundo, constituímos uma força grande, de facto, e, por isso mesmo, temos que zelar pelos nossos próprios interesses, mas por outro lado esta unidade não deve levar-nos a resistirmos às diferenças próprias, e que são naturais. Nós não poderemos agarrar a língua portuguesa para dizer: "você fica aí" - não, a língua portuguesa em Moçambique e em Angola será outra coisa; por outro lado, eu gostaria de facto de concordar com a senhora que esteve agora no Brasil, que de facto uma coisa é permitirmos a evolução natural da língua, de acordo com a realidade em que ela se encontra e outra é deturparmos esta própria língua pelo processo, vá lá, digamos, do esquerdismo linguístico.

MARIA HELENA MIRA MATEUS. Eu vou tentar responder rapidamente, porque o mais importante foi ouvir as pessoas exporem problemas que são fundamentais, felizmente nasceram exactamente neste debate, e que são também parte das minhas preocupações. O que me parece neste momento pertinente dizer é, primeiro, relativamente ao que o Prof. Oscar Lopes disse sobre o acordo ortográfico. Eu referi-me de uma forma sintética ao acordo ortográfico luso-brasileiro, digamos como um nome, um nome que ele tem tido, e, enfim, nem todas as 'démarches' que têm sido feitas para o atingir têm sido conseguidas mas, na realidade, neste momento, está prevista uma reunião, a

efectuar no Brasil, que ainda não tem data certa, mas será dentro de alguns meses, com presença de representantes de todos os países em que a língua oficial é o português, e pretende-se exactamente, como disse o Prof. Óscar Lopes, chegar a um consenso a partir das bases já elaboradas, e que têm, por sua vez, também o consenso de Portugal e do Brasil. Portanto, o que nós estamos realmente é a prever exactamente esse problema, e está bastante adiantada a questão, neste momento nas mãos do Prof. António Honaiss, como dinamizador desse problema. Ele é, sem dúvida, muito sensível a essa questão de integrar os representantes de todos os países em que o português é afinal a língua quer oficial, quer materna. Por outro lado, foi levantado aqui o problema da cooperação que é realmente muito necessário, creio que será enfatizado ainda na comunicação do Mateus Katupha, que acabou de fazer uma lindíssima intervenção, mas, além disso, parece que surgiu aqui também a necessidade de pesquisa, pesquisa na descrição de: se é que há norma, o Brasil fala de uma norma culta, nós em Portugal também temos um projecto que não se tem desenvolvido nesse campo, se é que há pesquisa das particularidades, pesquisa das diferenças, das interferências e nisso, mesmo sem nós termos de nos deslocar aos países de África nós podemos de certeza contribuir para que ela se desenvolva. Por outro lado, a Maria do Carmo falou de uma questão que eu também vi ventilada no Brasil, enfim, a Maria do Carmo citou o jornal O Globo; eu tive conhecimento de outras polémicas também levadas a efeito publicamente, não sei se tem conhecimento de que há neste momento um grupo de linguistas que foi nomeado pelo Presidente Sarney para em cento e cinquenta dias fazer uma proposta de reestruturação do ensino do português. Esse grupo tem, e os cento e cinquenta dias estão a acabar, esse grupo tem pessoas que, como o António Honaiss, o Celso Cunha, o Celso Luft, e devo dizer que mesmo entre as pessoas que foram nomeadas eu não me lembro dos nomes dos outros, há

alguns mais conservadores do que estes, mas mesmo entre as pessoas que foram nomeadas, o Celso Cunha ainda representa uma facção que não é de maneira nenhuma tão ousada, como, por exemplo, a do Celso Luft. Eu permitia-me mesmo, de acordo com o que eu conheço do Celso Cunha, discordar um pouco de colar essa posição de esquerdismo linguístico a ele, porque, basta conhecer o teor da gramática que elaborou com o Prof. Cintra, para saber que há uma linha de preocupação de preservar certos aspectos. No entanto, é um problema que nós aqui não temos discutido, mas que existe constantemente, e nós sabemos que todas as pessoas que ensinam noutros níveis de ensino têm esse problema: ensinar a gramática, não ensinar a gramática, como uniformizar, deixar que as pessoas tragam o oral para a aula, etc.. Enfim, não vou discutir aqui, nem é possível, nem é oportuno, nem temos tempo, mas é realmente uma questão que eu penso que deveria ser uma questão sobre a qual os linguistas se deveriam pronunciar. O primeiro aspecto que dá marca como um nome pode ser importante, é o de que a língua portuguesa estudada no Brasil nos últimos anos se tem denominado "Expressão e Comunicação" e vai agora voltar a ser denominada "Língua Portuguesa"; claro que nós não podemos dizer "o nome!", mas eu penso que isto pode mostrar que embora haja essa corrente, que de resto não é só de agora, já tem uns quantos anos, há também uma preocupação de cumprir a função da escola, e isso relativamente ao facto de ensinar ou não ensinar na escola. Quanto a essa investigação, sobre a norma culta, eu penso que ela pode até ter vantagens pelo conhecimento do que é o português do Brasil; aliás, deve dizer-se que as diferenças de registos sócio-linguísticos no Brasil são talvez mais acentuadas; penso que de certeza mais acentuadas, do que as diferenças de registo do português de Portugal, e daí que essa norma culta, curiosamente, acabe por se mostrar uma perspectiva conservadora da apresentação de uma língua, quer para o ensino, quer

para a elaboração de manuais, face às diferenças de registo existentes em diferentes camadas sócio-culturais, que são realmente muitíssimo grandes. Portanto, esse problema com que eles se debatem também é um problema que torna toda esta questão bastante complexa, mas que não é muito diferente das questões que nós temos aqui e que simplesmente não ventilamos. E sobre a intervenção do Katupha nada tenho a dizer, apenas que a nossa boa vontade, de certeza, e o nosso interesse é também convergente com o dele.